

## **Marcos Bernardes de Mello**

Doutor em Direito pela PUC-SP. Mestre pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE).

Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas. Professor Voluntário de

Direito Civil (Graduação) e da disciplina Conceitos Jurídicos Fundamentais

do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito de Alagoas (UFAL).

Membro da Academia Alagoana de Letras Jurídicas. Membro do Instituto dos Advogados

Brasileiros e do Instituto dos Advogados de Alagoas. Membro do Instituto Histórico e

Geográfico de Alagoas. Membro da Academia Alagoana de Letras.

# **TEORIA DO FATO JURÍDICO**

## **PLANO DA EFICÁCIA**

**11ª edição**

**2019**

**saraiva**  *jur*

ISBN 978-85-536-0839-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**saraiva**  
EDUCAÇÃOAv. das Nações Unidas, 7.221, 19º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Mello, Marcos Bernardes de

Teoria do fato jurídico : plano da eficácia / Marcos Bernardes de Mello. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Eficácia e validade do direito 2. Fato jurídico I. Título.

**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

18-2136

CDU 347.13

Índice para catálogo sistemático:

1. Atos jurídicos : Direito civil

347.13

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro  
**Gerência de produção** Ana Paula Santos Matos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
 Iris Ferrão

**Produção editorial** Luciana Cordeiro Shirakawa  
 Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
 Claudirene de Moura Santos Silva  
 Fernanda Matajs  
 Guilherme H. M. Salvador  
 Tiago Dela Rosa  
 Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
 Juliana Bojczuk Fermino  
 Kelli Priscila Pinto  
 Marília Cordeiro  
 Fernando Penteado (coord.)  
 Mônica Gonçalves Dias  
 Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite

**Diagramação** Markelangelo Design Editorial  
**Revisão** Arnélia Kassís

**Capa** Karina Kempter

**Produção gráfica** Marli Rampim  
 Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Bartira Gráfica

**Data de fechamento da edição: 18-2-2019**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605465 CAE 645078

# ÍNDICE

<i>Apresentação</i> .....	11
<i>Nota à 11ª edição</i> .....	13
<i>Nota à 10ª edição</i> .....	15
<i>Nota à 9ª edição</i> .....	17
<b>Introdução</b> .....	19
§ 1ª <b>Precisões terminológicas</b> .....	19
§ 2ª <b>Delimitação temática</b> .....	21
<b>Capítulo I — NOÇÕES GERAIS SOBRE EFICÁCIA JURÍDICA</b> ..	24
<b>Seção I — <i>Definição do mundo jurídico</i></b> .....	24
§ 3ª <b>Norma jurídica, fato jurídico e eficácia jurídica</b> .....	24
1. <b>Mundo dos fatos e mundo jurídico</b> .....	24
2. <b>Definição do mundo jurídico</b> .....	28
3. <b>A atuação da norma jurídica (fenomenologia da juridicização)</b> . ..	29
i) <b>Sobre a existência da norma jurídica, com vigência</b> .....	29
i') <b>Conceito de norma jurídica</b> .....	30
i'') <b>Os pressupostos de existência da norma jurídica</b> .....	34
ii) <b>A eficácia da norma jurídica</b> .....	36
iii) <b>A verificação da eficiência dos elementos do suporte</b> <b>fático</b> .....	37
§ 4ª <b>Causalidade no mundo jurídico</b> .....	37
<b>Seção II — <i>Fonte da eficácia jurídica</i></b> .....	45
§ 5ª <b>Fato jurídico: fonte única de eficácia jurídica</b> .....	45
1. <b>A doutrina tradicional</b> .....	45
2. <b>Crítica à doutrina tradicional</b> .....	47
<b>Seção III — <i>Das categorias eficaciais em geral</i></b> .....	49
§ 6ª <b>As categorias eficaciais</b> .....	49
1. <b>Conceito</b> .....	49
2. <b>Enunciação sistemática das espécies</b> .....	50
3. <b>Eficácia de direito material e de direito formal</b> .....	50
<b>Seção IV — <i>Irradiação da eficácia jurídica</i></b> .....	51
§ 7ª <b>Limites da eficácia jurídica</b> .....	51
1. <b>Considerações preliminares</b> .....	51

2. Limites pessoais .....	52
3. Outros limites da eficácia (temporal, espacial e contentutístico) ..	52
i) Natureza do fato jurídico .....	53
ii) Vontade dos figurantes .....	54
iii) Expressa disposição normativa .....	55
iv) Âmbito de valência do próprio sistema jurídico .....	56
iv') Limite espacial .....	56
iv'') Limite temporal.....	58
Seção V — <i>Dos modos de eficácia jurídica</i> .....	58
§ 8º Classificação dos modos de eficácia jurídica.....	58
i) Eficácia total e eficácia parcial.....	58
ii) Eficácia plena e eficácia limitada .....	65
iii) Eficácia definitiva, resolúvel e interimística .....	68
iv) Eficácia instantânea, sucessiva e protraída .....	69
v) Eficácia própria, anexa e reflexa .....	72
vi) Eficácia <i>ex nunc</i> , <i>ex tunc</i> e mista.....	73
vi') Considerações gerais .....	73
vi'') Eficácia <i>ex nunc</i> .....	74
vi''') Eficácia <i>ex tunc</i> .....	76
vi''''') Eficácia mista .....	78
vii) Eficácia putativa .....	78
Seção VI — <i>Da ineficácia jurídica</i> .....	80
§ 9º Conceito .....	80
§ 10. Modos de ineficácia .....	83
1. Ineficácia total e parcial.....	83
2. Ineficácia absoluta e relativa.....	85
Seção VII — <i>Vicissitudes a que está sujeita a eficácia jurídica</i> .....	85
§ 11. Pós-eficacização do ato jurídico ineficaz.....	85
§ 12. Retroeficácia e modificabilidade de conteúdo eficaz.....	86
§ 13. Deseficacização.....	88
§ 14. Aparência de eficácia jurídica.....	90
Capítulo II — DA ESFERA JURÍDICA .....	96
§ 15. Conceito .....	96
Capítulo III — DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS ( <i>LATO SENSU</i> ) .....	100
§ 16. Precisos terminológicas.....	100

§ 17. Espécies de situações jurídicas .....	102
i) Critérios metodológicos .....	102
ii) Classificação das situações jurídicas .....	105
Capítulo IV — DA SITUAÇÃO JURÍDICA BÁSICA .....	106
§ 18. Conceito .....	106
Capítulo V — DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS SIMPLES OU UNISSUBJETIVAS .....	110
Seção I — <i>Generalidades</i> .....	110
§ 19. Caracterização da espécie .....	110
i) Referibilidade a uma só esfera jurídica (unissubjetividade) .....	113
ii) Oponibilidade <i>erga omnes</i> .....	114
iii) Impositividade .....	115
Seção II — <i>Principais espécies de situações jurídicas unissubjetivas</i> ..	115
§ 20. Atitude metodológica .....	115
§ 21. Das capacidades .....	116
1. Generalidades .....	116
2. Natureza instrumental das capacidades específicas .....	117
3. Natureza jurídica das capacidades .....	118
§ 22. Da capacidade jurídica .....	120
1. Conceito .....	120
2. Divergências doutrinárias .....	121
§ 23. Capacidade de agir e outras capacidades substantivas em direito privado .....	123
1. Generalidades .....	123
2. Capacidade de praticar ato-fato jurídico .....	124
3. Capacidades negocial e de praticar ato jurídico <i>stricto sensu</i> .....	126
4. Capacidade de herdar (legitimação hereditária) .....	127
i) Capacidade da pessoa física .....	128
ii) Capacidade da pessoa jurídica .....	129
iii) Exceções às regras gerais .....	129
5. Capacidade de ser empresário .....	130
6. Capacidade de praticar ato ilícito civil .....	131
7. Capacidade para obrigar-se por fato jurídico indenizativo ..	133
§ 24. As capacidades em direito público material .....	135
1. Capacidade política .....	135

2. Capacidade criminal .....	136
3. Capacidade de ser parte .....	138
4. Competência funcional .....	142
§ 25. As capacidades em direito público formal .....	146
1. Capacidade processual .....	146
2. Capacidade postulacional .....	147
§ 26. Observação final .....	148
§ 27. Do sujeito de direito .....	148
1. Atitude metodológica .....	148
2. Conceito .....	148
3. Objeções doutrinárias .....	149
3.1. Personalidade e capacidade jurídica .....	149
3.2. Sujeito de direito e titularidade de direito .....	152
3.3. Observação final .....	154
§ 28. Sujeitos de direito que não são pessoa .....	154
1. Sociedade não personificada e sociedade irregular .....	154
2. Massa falida .....	157
3. Espólio .....	157
4. Heranças jacente e vacante .....	159
5. Condomínios .....	160
6. Nascituro e <i>nondum conceptus</i> .....	161
§ 29. Das pessoas .....	163
1. Personalidade jurídica .....	163
2. Espécies de pessoas .....	169
§ 30. Da pessoa física .....	169
1. Quem é .....	169
2. Personalidade jurídica e direito à personalidade .....	170
3. Limites temporais da personalidade .....	171
3.1. Início da personalidade .....	171
3.2. Término da personalidade .....	173
i) Morte natural .....	174
ii) Comoriência .....	176
iii) Morte presumida .....	177
§ 31. Das pessoas jurídicas .....	178
1. Conceito .....	178
2. Classificação .....	179
3. Limites temporais da personalidade jurídica .....	182
3.1. De direito público .....	182
3.2. De direito privado .....	184

Capítulo VI — DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS COMPLEXAS OU INTERSUBJETIVAS UNILATERAIS.....	189
§ 32. Conceito .....	189
§ 33. Análise sucinta das espécies .....	190
Capítulo VII — DA RELAÇÃO JURÍDICA.....	194
Seção I — <i>Considerações gerais</i> .....	194
§ 34. Conceito .....	194
§ 35. Estrutura da relação jurídica .....	196
§ 36. Princípios regentes da relação jurídica .....	197
1. Princípios essenciais.....	197
i) Princípio da intersubjetividade .....	197
i.a) Relação jurídica entre pessoa e coisa.....	199
i.b) Relação jurídica entre pessoa e lugar .....	200
i.c) Relação jurídica entre coisas .....	201
i.d) Relação jurídica da pessoa consigo mesma .....	201
i.e) Direitos e deveres sem sujeito (?) .....	202
ii) Princípio da essencialidade do objeto.....	203
iii) Princípio da correspectividade de direitos e deveres .....	206
2. Princípio não essencial .....	207
i) Princípio da coextensão de direito, pretensão e ação.....	207
§ 37. Conteúdo eficaz da relação jurídica.....	208
1. De direito material.....	208
2. De direito formal .....	214
Seção II — <i>Classificação das relações jurídicas</i> .....	214
§ 38. Critérios metodológicos.....	214
§ 39. Relações jurídicas fundamentais e consequenciais.....	215
§ 40. Relações jurídicas de direito relativo e de direito absoluto .....	219
§ 41. Relações jurídicas reais e pessoais.....	226
1. Considerações gerais .....	226
2. Relação jurídica real.....	227
2.1. O objeto da relação jurídica real.....	228
2.2. Natureza de direito absoluto.....	231
2.3. Exercício pelo titular dos direitos, pretensões e ações independentemente da cooperação necessária de terceiro .....	232
3. Relação jurídica de direito pessoal .....	233
3.1. Características da relação jurídica de direito pessoal...	233

i) Caráter de direito relativo e absoluto .....	234
ii) Objeto da relação jurídica pessoal .....	235
iii) Necessidade de cooperação de terceiro .....	237
§ 42. Relações jurídicas de direito material e de direito formal .....	238
§ 43. Relações jurídicas unigeradoras e multigeradoras .....	239
§ 44. Relações jurídicas de direito público e de direito privado .....	240
1. Conceito .....	240
2. Espécies mais relevantes de relações jurídicas de direito público .....	241
2.1. Relações jurídicas processuais .....	241
i) Estrutura .....	241
ii) Conteúdo .....	243
iii) Objeto .....	245
2.2. Relação jurídica de direito tributário .....	246
i) Conceito .....	246
ii) Natureza da relação jurídica tributária .....	246
iii) Os termos da relação jurídica tributária .....	248
iii') O sujeito ativo .....	248
iii'') O sujeito passivo .....	249
iv) Objeto da relação jurídica tributária .....	250
Capítulo VIII — CONCLUSÕES .....	252
<i>Bibliografia</i> .....	279
<i>Índice alfabético-remissivo</i> .....	301